

acadêmicos e jornalísticos da "inteligência" liberal revela-nos a concepção de mundo implícita na gradualmente os juros básicos, o que tem provocado um movimento brusco nas praças financeiras mundiais, com resgate de aplicações de risco (ações e papéis de dívidas de empresas dos países emergentes) rumo a investimentos de nula rentabilidade mas seguros, como os títulos longos do Tesouro Americano.

Esse movimento histórico, tipicamente especulativo de antecipações de perdas futuras, abalou as cotações dos ativos financeiros e do dólar no Brasil; a bolsa brasileira registrou perdas significativas ao mesmo tempo em que a taxa de câmbio sofria uma intensa desvalorização, mostrando um furioso movimento especulativo dos capitais externos contra a moeda nacional.

A alta do dólar acarretou, por sua vez, movimentos de defesa de investimentos que reforçaram a própria disparada da cotação da divisa estrangeira: havia até o fim da semana passada expectativa de que o Banco Central brasileiro interrompesse, em virtude das repercussões internacionais, a queda gradual da taxa selic, o que representaria uma perda àqueles investidores que apostaram a favor desse declínio comprando títulos públicos prefixados e corrigidos por algum índice de inflação; esses investidores (fundos de pensão e de investimentos, bancos, e aplicadores internacionais) resgataram, então, essas aplicações para evitar maiores prejuízos e refugiaram-se em ativos denominados em dólar, pressionando a alta da moeda americana e estimulando mais rejeição aos títulos públicos prefixados.

O Banco Central, que no início deste ano praticamente liquidara a parcela da dívida pública atrelada à variação do dólar, *voltou*, por isso, a oferecer esse tipo de papel para "proteger" os investidores e as empresas endividadas em moeda estrangeira; essa medida visava reduzir a procura por divisa estrangeira e estabilizar, por sua vez, a cotação do dólar (que saltara de um patamar próximo de R 2, 00 para quase R\$ 2,40) num patamar que não prejudicasse o cumprimento e a credibilidade das metas de inflação. Assim, os investidores trocaram os títulos públicos prefixados reputados de elevado risco (pois há expectativa de retomada de alta dos juros básicos no Brasil caso a crise financeira internacional se intensifique) por papéis da dívida pública de elevado rendimento e que ainda compensa os seus detentores de qualquer alta na moeda americana.

Os eventos das semanas passadas que desencadearam os movimentos de pânico nas principais praças financeiras mundiais mostram que a alegada iniciativa do governo Lula de reduzir a exposição da dívida pública à variação cambial tem bases frágeis, pois **não eliminou** na raiz a **fonte** da instabilidade e vulnerabilidade da dívida pública e de sua função protetora de passivos dolarizados privados: não apenas manteve a abertura financeira externa (liberdade de fluxos de entrada e saída de capitais de curto prazo) como a aprofundou (como as mudanças na legislação cambial que realizou no ano passado e a proposta que está sendo discutida no Congresso, por aliados de Lula, sobre o fim da cobertura cambial das exportações).

Logo, qualquer movimento de histeria e de pânico nos mercados financeiros internacionais a economia brasileira é imediatamente afetada, na medida em que os investidores internacionais resgatam suas aplicações em reais (títulos públicos de diversos tipos e vencimentos, ações e títulos de dívida privada) e "fogem" para aplicações seguras como os papéis da dívida pública americana: **não há barreiras à saída de capital, pois todas as rotas de evasão de divisas foram abertas desde o início da era Liberal no Brasil em meados dos anos 90**. A necessidade de impor controles nos movimentos de capitais externos, e assim reduzir **efetivamente** a vulnerabilidade brasileira às crises mundiais, não está na agenda liberal de Lula e de seus aliados e muito menos na dos tucanos.

2º A troca de dívida pública atrelada à variação cambial por dívida corrigida por juros reafirma a função "socializadora de prejuízos" do Estado brasileiro, pois a primeira é muita mais barata que a

última. Isso quer dizer que o Estado brasileiro poderia estar se beneficiando da queda do dólar registrada até abril deste ano e, assim, reduzindo significativamente o valor de sua dívida global e renuncia a essa vantagem, transferindo-a aos seus credores, que obtém ganhos com uma dívida corrigida por juros elevadíssimos.

Logo, o Estado brasileiro, numa situação de crise externa, assume os riscos e os prejuízos cambiais do setor privado empresarial, como ocorreu na passagem do Primeiro para o Segundo governo FHC ; entretanto, quando a conjuntura mundial é de bonança financeira (como a que tem favorecido Lula e seus aliados), o que a princípio permitiria reduzir a posição devedora do Estado, dando-lhe autonomia para intervir na economia e na sociedade em benefício das maiorias e das necessidades do povo, o Estado brasileiro transfere o bônus da desvalorização do dólar ao capital e aos demais credores.

A carga da dívida pública fica, então, mais onerosa e exige-se, com isso, maior superávit primário: recolhe-se mais tributos e reduz-se despesas estatais, e como esse processo não é suficiente para controlar o crescimento da dívida pública recorre-se à elevação dos impostos e às desvinculações das receitas da União. A economia brasileira entra então num processo de estagnação econômica (e para espanto de todos em meio a uma prosperidade mundial há tempos nunca vista), os lucros e os salários contraem-se, as contribuições sociais que financiam a Seguridade Social declinam e os ideólogos do capital voltam a reclamar "reforma da Previdência Pública" para elevar a idade mínima para aposentadoria para setenta anos (e os mais cínicos e exaltados, como os "brilhantes" professores de economia da PUC-RIO, afirmam que na origem a aposentadoria na Europa *do final do século XIX* tinha como patamar aquela idade, como se o retorno à antiga idade mínima fosse sinal de progresso), denunciam a elevação do salário mínimo, a exorbitância dos gastos com saúde e a educação pública universitária, todas essas *conquistas* que **civilizam a barbárie, o atraso e a miséria brasileira.**

* Daí entender-se o sentido da obsessão tucana pela vitória de Azeredo, usando o mecanismo do valerioduto para impedir a qualquer custo que Itamar Franco ganhasse as eleições para o governo de Minas em 1998 e o impedisse de deflagrar a "crise de confiança" que enterraria de vez o moribundo "real forte".

** O governo Lula até mandou durante esta semana um alto funcionário do Ministério da Fazenda para negociar participação no conhecido Clube de Paris, que reúne seletos grupo de países credores: tratar-se-ia de uma iniciativa que marcaria o lulismo na história econômica brasileira recente como aquele que pôs fim ao passado de moratórias e calotes, virando uma página de "desrespeito a contratos" com um assento no clube dos credores internacionais. Isso será, portanto, alardeado neste ano como uma conquista do governo atual, servindo de divisa para a campanha de reeleição de Lula e de sua aliança semi-liberal

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.